

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

c) Incorporação Hospital Nanci Ltda. & Cia e SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda.: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de agosto de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Hospital Nanci & Cia Ltda. e SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda., pela Companhia. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil foram emitidos por empresa independente. A incorporação ocorreu em 3 de agosto de 2020, com data base 31 de julho de 2020. Os saldos incorporados são os seguintes:

	Hospital Nanci Ltda. Acervo		SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda. Acervo	
	Laudo	Incorporado	Laudo	Incorporado
Ativo				
Circulante	14.379	14.263	10.420	11.403
Disponível	179	176	1.620	327
Realizável	14.206	14.087	8.820	11.103
Aplicações financeiras	2.000	2.093	7.515	9.909
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	1.969	2.062	6.787	6.798
Aplicações livres	31	31	728	3.111
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	-	927	829
Contraprestações pecuniárias a receber	-	-	927	829
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	5.980	5.139	-	-
Créditos tributários e previdenciários	4.197	4.197	141	142
Bens e títulos a receber	2.029	2.658	237	223
Não circulante	6.711	6.324	6.253	6.618
Realizável a longo prazo	3.649	3.250	3.132	3.115
Ativo fiscal diferido	632	655	1.400	1.460
Depósitos judiciais e fiscais	2.430	2.419	1.721	2.043
Outros créditos a receber a longo prazo	-	-	-	-
Imobilizado	13.627	752	-	-
Outras imobilizações	13.627	752	-	-
Total do ativo	34.723	21.339	16.693	18.048

	Hospital Nanci Ltda. Acervo		SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda. Acervo	
	Laudo	Incorporado	Laudo	Incorporado
Passivo				
Circulante	11.627	11.374	10.921	9.350
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	-	9.030	7.578
Provisão de contraprestações	-	-	2.716	2.626
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	-	-	2.716	2.626
Provisão de eventos liquidar para SUS	-	-	3.302	2.157
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	-	-	1.278	1.025
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	-	-	1.734	1.770
Receitas antecipadas de contraprestações/prêmios	-	-	9	-
Tributos e encargos sociais a recolher	7.485	6.791	488	506
Débitos diversos	4.142	4.593	1.394	1.266
Não circulante	22.177	9.295	6.943	8.028
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	-	-	1.149
Provisão de eventos a liquidar para SUS	-	-	-	1.149
Provisões para tributos diferidos	9.250	9.305	6.943	6.879
Provisões para ações judiciais	9.250	9.305	6.943	6.879
Tributos e encargos sociais a recolher	(10)	(10)	-	-
Parcelamento de tributos e contribuições	(10)	(10)	-	-
Débitos diversos	12.937	-	-	-
Patrimônio líquido	919	670	(1.171)	670
Capital social	245	245	4.521	6.522
Reservas:			5.592	5.592
Reservas de Reavaliação	-	-	5.592	5.592
Resultado líquido	674	425	(11.284)	(11.444)
Total do passivo e do patrimônio líquido	34.723	21.339	16.693	18.048

d) Incorporação - Ghelfond Participações Ltda., Ultra Diagnóstico Ltda., Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda., Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda., Medix Diagnóstico Ltda., C & M Associados e Serviços Ltda., Slim Bem Estar e Saúde Clínica Médica Ltda. e Laboratório de Análises Clínicas - Labclin Ltda. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de agosto de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Ghelfond Participações Ltda., Ultra Diagnóstico Ltda., Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda., Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda., Medix Diagnóstico Ltda., C & M Associados e Serviços Ltda., Slim Bem Estar e Saúde Clínica Médica Ltda. e Laboratório de Análises Clínicas - Labclin Ltda., pela empresa Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil foram emitidos por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de setembro de 2020, com data base 31 de agosto de 2020. Os saldos incorporados são os seguintes:

	Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda. Acervo	
	Laudo	Incorporado
Ativo		
Circulante	13.022	18.548
Disponível	5.105	3.905
Realizável	7.917	14.643
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	2.016	6.689
Créditos tributários e previdenciários	3.077	3.456
Bens e títulos a receber	2.824	4.372
Despesas antecipadas	-	126
Não circulante	119.800	84.596
Realizável a longo prazo	28.877	30.119
Aplicações financeiras	12	12
Aplicações livres	12	12
Títulos e créditos a receber	-	(44)
Ativo fiscal diferido	12.644	11.810
Depósitos judiciais e fiscais	3.073	3.073
Outros créditos a receber a longo prazo	13.328	15.268
Investimentos	22.992	23.379
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	22.992	23.379
Participações societárias em rede assistencial	22.992	23.379
Imobilizado	62.389	26.398
Outras imobilizações	62.389	26.398
Intangível	5.542	4.700
Total do ativo	132.822	103.144

	Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda. Acervo	
	Laudo	Incorporado
Passivo		
Circulante	47.722	51.190
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	17.459	25
Provisões	449	-
Provisões para imposto de renda e contribuição social	449	-
Tributos e encargos sociais a recolher	4.416	6.207
Empréstimos e financiamentos a pagar	15.401	15.863
Débitos diversos	9.997	29.095
Não circulante	91.576	55.147
Provisões	9.704	9.808
Provisões para ações judiciais	9.704	9.808
Tributos e encargos sociais a recolher	9.536	8.195
Parcelamento de tributos e contribuições	9.536	8.195
Empréstimos e financiamentos a pagar	24.988	23.619
Débitos diversos	47.348	13.525
Patrimônio líquido	(6.476)	(3.193)
Capital social	79.986	82.515
Resultado líquido	(86.462)	(85.708)
Total do passivo e do patrimônio líquido	132.822	103.144

i) Incorporação - Ecole Serviços Médicos Ltda. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de outubro de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da Ecole Serviços Médicos Ltda., pela Companhia. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de outubro de 2020, com data base 28 de setembro de 2020. Os saldos incorporados são os seguintes:

	Ecole Serviços Médicos Ltda. Acervo	
	Laudo	Incorporado
Ativo		
Circulante	24.912	21.922
Disponível	4.642	4.266
Realizável	20.271	17.656
Aplicações financeiras	14.515	12.635
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	14.515	12.333
Aplicações livres	-	302
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.306	5.714
Contraprestações pecuniárias a receber	5.306	5.714
Créditos tributários e previdenciários	146	157
Bens e títulos a receber	304	(851)
Despesas antecipadas	-	1
Não circulante	2.966	1.963
Realizável a longo prazo	1.516	1.960
Ativo fiscal diferido	675	436
Depósitos judiciais e fiscais	-	116
Outros créditos a receber a longo prazo	1.251	1.408
Imobilizado	1.200	3
Outras imobilizações	1.200	3
Total do ativo	27.879	23.885

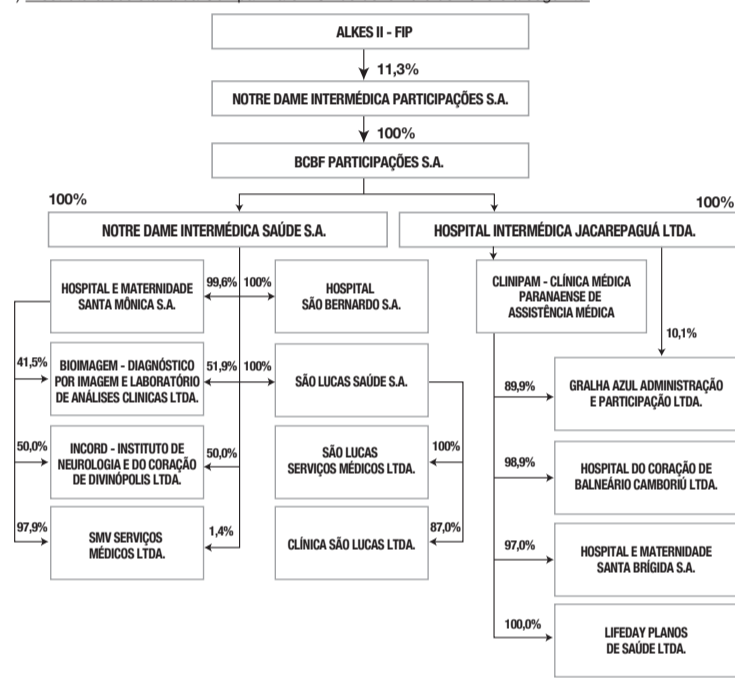
	Ecole Serviços Médicos Ltda. Acervo	
	Laudo	Incorporado
Passivo		
Circulante	16.335	15.325
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16.335	15.325
Provisão de contraprestações	814	(934)
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	814	(934)
Provisão de eventos liquidar para SUS	6.644	6.497
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	6.746	7.642
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	2.131	2.120
Débitos de operações de assistência à saúde	1.162	960
Comercialização sobre operações	1.162	960
Tributos e encargos sociais a recolher	1.258	729
Débitos diversos	2.871	2.293
Não circulante	4.873	4.486
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.820	1.625
Provisão de eventos a liquidar para SUS	1.820	1.625
Provisões	2.115	2.011
Provisões para ações judiciais	2.115	2.011
Débitos diversos	938	800
Patrimônio líquido	1.380	92
Capital social	9.598	9.598
Resultado líquido	(8.218)	(9.506)
Total do passivo e do patrimônio líquido	27.879	23.885

j) Incorporação - Mediplan Assistencial Ltda., Hospital Samaritano Ltda. e Hospital e Maternidade Samaritano Ltda. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de dezembro de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Mediplan Assistencial Ltda., Hospital Samaritano Ltda. e Hospital e Maternidade Samaritano Ltda., pela Companhia. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil foram emitidos por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de dezembro de 2020, com data base 30 de novembro de 2020. Os saldos incorporados são os seguintes:

	Grupo Mediplan Acervo	
	Laudo	Incorporado
Ativo		
Circulante	143.038	139.266
Disponível	81.293	25.694
Realizável	61.745	113.572
Aplicações financeiras	5.122	57.015
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	5.122	14.738
Aplicações livres	-	42.277
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	12.866	16.371
Contraprestações pecuniárias a receber	12.866	16.371
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	19.473	25.714
Créditos tributários e previdenciários	15.737	17.094
Bens e títulos a receber	8.547	12.118
Não circulante	49.912	50.632
Realizável a longo prazo	13.502	16.398
Ativo fiscal diferido	7.430	7.427
Depósitos judiciais e fiscais	5.261	8.560
Outros créditos a receber a longo prazo	2.804	-
Investimentos	2.804	-
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	2.804	-
Participações societárias em rede assistencial	2.804	-
Imobilizado	33.606	34.234
Outras imobilizações	33.606	34.234
Total do ativo	192.950	189.898

	Grupo Mediplan Acervo	
	Laudo	Incorporado
Passivo		
Circulante	17.872	16.645
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	17.872	16.645
Provisão de contraprestações	2.116	310
Provisão de eventos liquidar para SUS	2.116	310
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	11.521	12.081
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	2.751	2.688
Débitos de operações de assistência à saúde	25	(66)
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	15	-
Comercialização sobre operações	-	(78)
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	10	12
Provisões	16.395	16.435
Provisões para imposto de renda e contribuição social	16.395	16.435
Tributos e encargos sociais a recolher	19.000	8.764
Empréstimos e financiamentos a pagar	37	-
Débitos diversos	16.072	20.819
Não circulante	38.250	37.339
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	486	206
Provisão de eventos a liquidar para SUS	486	206
Provisões	19.016	18.440
Provisões para ações judiciais	17.935	17.546
Tributos e encargos sociais a recolher	17.935	17.546
Parcelamento de tributos e contribuições	17.935	17.546
Débitos diversos	813	1.147
Patrimônio líquido	81.962	85.585
Capital social	75.014	73.514
Reservas:		
Reservas de capital	-	35
Reservas de lucros	18.489	-
Resultado líquido	(11.541)	7.036
Total do passivo e do patrimônio líquido	192.950	189.898

h) A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:



3. AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS
A Companhia, ao longo do exercício de 2020, por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão, adquiriu diversas empresas. A seguir demonstramos o balanço patrimonial das empresas adquiridas:

Data aquisição	23 de dezembro de 2020	13 de abril de 2020	24 de junho de 2020
	Grupo São Lucas NE 3.1	Ecole NE 3.2	Santa Mônica NE 3.3
Ativo			
Circulante	70.861	21.219	29.377
Caixa e equivalentes de caixa	9.417	432	3.170
Aplicações financeiras	53.147	13.834	18.719
Contas a receber de clientes	6.077	6.341	3.466
Estoques	1.845	-	1.864
Créditos tributários e previdenciários	83	143	-
Outros ativos circulante	292	669	2.158
Não circulante	16.840	18.422	107.730
Realizável a longo prazo	15.148	530	3.993
Depósitos judiciais	11.148	530	206
Outros ativos não circulante	3.878	-	3.787
Investimentos	420	-	5
Imobilizado	27.109	229	94.021
Direito de uso	3.944	1	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

h) Pandemia Coronavírus - COVID-19

Diante do cenário atual que o mundo e nosso país atravessam por conta da pandemia da COVID-19, a Companhia procurou avaliar os possíveis impactos relevantes nas suas operações, com o objetivo de verificar os reflexos a partir das Informações Financeiras Intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2020 e divulgações futuras.

No Brasil, após a comprovação do primeiro caso de coronavírus, paralizações decorrentes do distanciamento social foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas. Essas paralizações impactaram diversos segmentos da economia nacional, dentre os principais, o varejo físico e diversos segmentos da indústria, além da cadeia de serviços.

Uma vez que o processo de desaceleração ocorreu com maior intensidade a partir dos últimos 10 dias de março, não havíamos identificado nenhuma movimentação atípica nos resultados operacionais ou no fluxo de caixa do primeiro trimestre de 2020.

Porém, ao se analisar o comportamento dos principais indicadores operacionais e financeiros durante o segundo trimestre de 2020, quando estavam plenamente em vigor as medidas de distanciamento social (principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentram parte relevante de nossas atividades), identificamos impactos que geraram um efeito positivo nos resultados de nossas operações. No terceiro trimestre de 2020 percebemos que os mesmos movimentos continuaram acontecendo, porém com impactos significativamente menores que os verificados no segundo trimestre, uma vez que, identificamos uma crescente tendência em direção à volta da normalidade em diversas atividades médicas. Ao longo do quarto trimestre de 2020, com o ressurgimento de uma "segunda onda" de COVID nos principais mercados onde atuamos, vivenciamos um comportamento diferente dos pacientes, que continuaram a buscar os serviços de saúde para manutenção de seus tratamentos de rotina e/ou eletivos. Com isto, não somente os gastos com exames, mas também a procura por serviços hospitalares alcançaram patamares superiores à média histórica. Esta diferença tem sido observada em todas as localidades durante o 2º e 3º trimestre de 2020, que historicamente possui uma sazonalidade e procedimentos, mas que excepcionalmente durante o presente o mês de maior frequência de internações e exames foram por conta da convivência dos pacientes regulares com os pacientes em tratamento de COVID.

A seguir, descreveremos os principais impactos observados durante o quarto trimestre.

De acordo com o Comunicado nº 85, de 31 de agosto de 2020, a ANS postergou a aplicação dos reajustes

De acordo com o Comunicado nº 85, de 31 de agosto de 2020, a ANS postergou a aplicação dos reajustes de contratos de plano de saúde para o ano de 2021. Contudo, os reajustes relativos foram reconhecidos com "Receta" de acordo com o CPC 47, de forma que não houve impacto no Resultado do Exercício. Esta postergação gerou um impacto no caixa da Companhia, não relevante, que será liquidado ao longo do ano de 2021.

Serviços hospitalares para outros convênios:

Ao longo dos meses de outubro a dezembro de 2020, observamos um movimento menor do que o histórico nos atendimentos a pacientes de outros planos de saúde, justificada por uma estratégia de enfrentamento da pandemia que privilegiou a preservação de leitos próprios em caso de eventual necessidade de atendimento a beneficiários da Companhia. Esta queda nos atendimentos a pacientes de outros convênios permitiu a liberação de capacidade de leitos próprios de internação e, principalmente, de UTI, que foram sendo ocupados com nossos pacientes com suspeita ou confirmação de COVID.

Custos médicos de saúde e odontológica:

Utilizando-se como premissas nossos principais indicadores operacionais históricos, ajustados para a sazonalidade desta época do ano, continuamos notando uma utilização menor de nossos beneficiários nos procedimentos de odontologia.

Quanto aos atendimentos de saúde (ambulatoriais e internações), vivenciamos o retorno progressivo rumo à normalidade dos procedimentos de rotina e eletivos, que passaram a conviver com um crescente número de pacientes COVID, levando a uma maior utilização desses procedimentos quando comparado ao terceiro trimestre de 2020 e também com o mesmo período de 2019, notadamente durante o mês de dezembro de 2020.

Risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros:

Com progressivo retorno à normalidade dos principais mercados financeiros globais, o impacto da marcação a mercado, nacionalmente de alguns fundos de investimento ANS, constituídos para fins de lastro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar, foi sensivelmente reduzido.

Risco relacionado à recuperabilidade do ativo imobilizado/intangível:

No quarto trimestre de 2020, a Companhia contratou empresa de consultoria independente e especializada para avaliar a recuperabilidade do ativo imobilizado/intangível. O laudo emitido não apresentou indicadores de impairment.

Risco de perda nos estoques:

A Companhia mantém um controle muito rigoroso do giro médio dos estoques de medicamentos e dos prazos de validade. Com a redução dos serviços médicos, especialmente cirúrgicos, houve uma diminuição no consumo, mas não impactando na validade dos lotes. Com a retomada gradual dos serviços médicos, nossos níveis de estoque já voltaram à normalidade e não identificamos nenhuma necessidade de lançamentos para perda. O incremento no saldo de balanço dos estoques consolidados é fruto principalmente das novas operações adquiridas que trouxeram 7 novos hospitais e também por estoques de materiais de proteção aos nossos médicos e colaboradores.

Risco de continuidade operacional:

Os primeiros meses da pandemia trouxeram muita incerteza para os principais agentes econômicos, especialmente para as empresas. Neste período que coincidiu com o segundo trimestre de 2020, notamos um movimento mais acelerado de demissões, que acabam por pressionar nossa base de pacientes ativos. Ainda assim, durante o trimestre mais crítico da pandemia, nossa base de clientes continuou a crescer graças aos esforços comerciais e concluímos o ano de 2020 com um crescimento orgânico de nossa base de clientes. Nosso faturamento e ticket médio também continuaram sua trajetória de aumento, apesar da postergação dos reajustes para pessoas físicas e clientes PME ao longo de alguns meses de 2020.

Com as medidas de flexibilização adotadas pelos governos estaduais a partir do terceiro trimestre, passamos a notar um aumento pela procura dos atendimentos ambulatoriais, que se aproximam de nossos indicadores médios históricos. Ao mesmo tempo, durante o quarto trimestre observamos um aumento progressivo nos atendimentos a pacientes portadores de sintomas de COVID-19, notadamente no mês de dezembro, em todas as praças que atuamos.

Os impactos em todas essas tendências são impossíveis de serem quantificados pois vão depender não somente (i) da evolução da curva da própria doença, (ii) da velocidade de vacinação da população e das respostas às diferentes vacinas; (iii) de novos protocolos de tratamento para os pacientes com COVID que poderão demandar novas medicações, mas principalmente das medidas que vierem a ser implementadas pelos governos, que terão o condão de afetar não somente (iv) a velocidade de disseminação do vírus, mas também (v) a atividade econômica, e por consequência o emprego. E, por se tratar de uma enfermidade nova, é difícil prever com exatidão quando se dará o retorno pleno à normalidade.

Embora seja esperado que a COVID-19 continue a impactar a atividade econômica mundial e a local, até a data de divulgação destas demonstrações financeiras não identificamos um aumento na inadimplência de nossos clientes e tampouco solicitações de cancelamento ou modificações dos contratos, ainda que a manutenção do cenário macroeconômico adverso possa continuar a impactar negativamente o emprego no país, e consequentemente o número de beneficiários de saúde privada no Brasil.

Acreditamos que, por estarmos oferecendo serviços de saúde de natureza essencial, em especial em tempos de pandemia, não tivemos o impacto no risco de crédito, exceto por algumas negociações pontuais com alguns clientes, nas quais houve diferimento das mensalidades e já estão refletidas conforme nota explicativa 9.

Com relação a gestão da liquidez, a Companhia elabora análise de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, inclusive os relacionados à garantia das provisões técnicas. É importante mencionar que em 31 de dezembro de 2020, nossa posição de ativos de liquidez imediata, classificados como Caixa e equivalentes de caixa, corresponde a R\$ 1.551.165, conforme nota explicativa 7, enquanto nossos compromissos de endividamento possuem um prazo médio de vencimento da dívida bruta de 44 anos, conforme nota explicativa 23.

A Companhia, possuindo mecanismos que contêm *covenants* financeiros, sendo que o principal está relacionado à manutenção da relação entre dívida líquida pelo EBITDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurados a cada três meses. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia se encontrava adimplente com os *covenants*.

Nos primeiros meses de 2021 a Companhia iniciou um amplo programa de vacinação dos seus funcionários da linha de frente de atendimento hospitalar e ambulatorial em todas as praças que atuamos, de acordo com as diretrizes das respectivas secretarias de saúde locais.

A extensão em que a COVID-19 afetará os negócios, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Companhia dependerá de desenvolvimentos futuros, incertos e que não podem, por enquanto, ser razoavelmente previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a evolução da COVID-19 e/ou as ações de governo e outros entidades para contê-la no Brasil. Embora não seja possível estimar razoavelmente a extensão de possíveis impactos nos negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam as principais condições de continuidade das operações. A Companhia monitora continuamente a situação e, mais próximo possível, está avaliando ativamente os possíveis impactos em seus negócios e implementando medidas que mitiguem potenciais riscos existentes.

5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia foram as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. Para efeitos das demonstrações financeiras, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalente de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a entidade mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

• Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

• Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período.

A Companhia reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, títulos públicos e aplicações financeiras com garantias classificadas como títulos e valores mobiliários.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

• Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.

• Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.

• Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisões) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A operação principal da Companhia está predominantemente relacionada com os recebimentos das vendas de plano de saúde e odontológico e que são relacionados com seguros.

e) Despesas de comercialização diferidas (DAC - *Deferred Acquisition Cost*)

As despesas de comercialização que se referem aos agenciamentos são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas diferidas", de acordo com a Resolução Normativa (RN) 322/13, alterada pela RN nº 435/2018. Em 2020, por meio de estudo técnico realizado, a Companhia manteve o diferimento das despesas pelo prazo de até 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas "Despesas de Comercialização Diferidas" no ativo circulante, que compreende o saldo de até 12 meses, e no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos com comissões são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

f) Investimento

A participação societária que a Companhia possui em suas controladas é avaliada pelo método da avaliação patrimonial e está registrada na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que a da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

g) Imobilizado

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas do ativo. Quando o período de vida útil recuperável for maior que evidências identificadas e tender o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O amortizado dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração do valor contábil líquido da unidade geradora de caixa, e, em seguida, o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa e quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com função ao ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiriam. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou valor contábil líquido de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio, (b) reduzindo o valor contábil da unidade geradora de caixa, e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

j) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável (*impairment*), o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs ou grupos de UGCs) da Companhia, que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

• A perda por ágio é alocada aos ativos submetidos anualmente a teste de *impairment*, com maior frequência e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012, 393/2015 e 442/2018, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

• A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, alterada pelas RNs 322/2013 e 435/2018).

• A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.

• A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS - Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos usuários beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. As Operadoras devem registrar os sinistros no SUS em sua escrituração contábil na rubrica "Sistema Único de Saúde - SUS" (nota explicativa 27) em contrapartida "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde" (registrado na rubrica "Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS" - nota explicativa 20) no passivo circulante e não circulante.

• Eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do Sistema SUS e que não tenham sido avisados. Esta provisão foi estabelecida conforme a Resolução Normativa RN 442/2018, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. A Operadora efetua o provisionamento conforme as informações disponibilizadas mensalmente no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

• Provisão para Insuficiência de Contraprestação - PIC - refere-se à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, conforme a Resolução Normativa RN 442/18 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Conforme Resolução Normativa 227/2010 alterada pela Resolução 329/2013 e 392/2015, 419/16, 427/17 e 430/17, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, são estabelecidas regras para contratação de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações.

l) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; a possibilidade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os procedimentos de mensuração forem insuficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como provável e mensurável. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

m) Tributos diretos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes

Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

A Companhia adota para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social o Lucro Real - após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder o limite de R\$ 240 mil por exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

• quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da utilização, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

• sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo;

• Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

• quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal);

l. Reconhecimento de Receitas Operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata* diei). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 20, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

II. Receta de Contratos com Clientes

• Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfatórios ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável

A Companhia possuiu dois tipos de glosas:

• Internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;

• Externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a CPC 47. Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir, dependendo do método a entidade espera melhor valor o valor da contraprestação à qual tem direito:

• O valor esperado - é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares; ou

• O valor mais provável - é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação;

• Variável - se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

III. Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

q) Teste de adequação de passivos (*Liability Adequacy Test - LAT*)

O CPC 11 - Contratos de Seguros, requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitam contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

Os testes efetuados considerando os segmentos de negócios adotados pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Companhia como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do LAT considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuada.

Quando efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

6. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

A Operadora opera com planos de saúde, rede próprias (hospitais e pronto atendimento) e odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de o contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 - Redução ao valor recuperável e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A Companhia procura priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

6.1 Gerenciamento do risco de liquidez

Aplicações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

19. INTANGÍVEL

a. Movimentação do intangível

	31 de dezembro de 2019	Aquisições	Incorporação	Baixas	Reclassificação	Amortização	31 de dezembro de 2020
Vida útil (a)	204.713	-	113.365	-	138	(32.847)	285.369
20% a.a.	19.981	566	228	-	16.924	(8.646)	29.053
Indefinida (b)	1.390.268	-	521.209	(5.405)	23.241	(12.208)	1.917.105
Ativos intangíveis	8.888	-	22.686	-	(22.686)	-	8.888
Outros ativos intangíveis	3.929	-	-	-	(55)	(55)	3.874
	1.627.779	566	657.488	(5.405)	17.617	(53.755)	2.244.289
	31 de dezembro de 2018	Aquisições	Saldo Incorporado	Baixas	Reclassificação	Amortização	31 de dezembro de 2019
Vida útil (a)	49.940	-	170.923	-	163	(16.333)	204.713
20% a.a.	18.950	3.832	5.473	(14)	(354)	(7.906)	19.981
Indefinida (b)	388.619	-	1.001.649	-	-	-	1.390.268
Ativos intangíveis	2.174	4.050	-	-	2.664	-	8.888
Outros ativos intangíveis	3.992	-	-	-	(16)	(65)	3.874
	463.675	7.882	1.178.045	(30)	2.511	(24.304)	1.627.779

Os ativos intangíveis estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o seu valor de recuperação ("impairment"). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia indicadores de impairment sobre o intangível.

O montante de amortização apurada no exercício é registrado no resultado nas rubricas "Eventos indenizáveis líquidos" e "Despesas administrativas" conforme notas explicativas 27 e 32, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requerem demonstração nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo intangível das demais empresas do grupo.

(a) Refere-se à aquisição de carteira de plano de saúde e odontológico conforme quadro a seguir:

Composição de carteira

	31 de dezembro de 2020	2019
Data	2020	2019
16-novembro-15	3.237	6.225
23-dezembro-16	-	1.929
23-setembro-15	13.442	15.512
31-janeiro-18	13.692	15.403
01-outubro-18	21.951	25.695
01-janeiro-19	126.981	139.552
03-julho-19	37.856	-
18-novembro-19	5.394	-
29-maio-19	49.268	-
13-abril-20	13.173	-
	397	397
	285.369	204.713

Grupo/Empresa

Grupo Santamária

Hospital Family

Unimed ABC

Grupo Cruzero do Sul

Grupo Samed

Grupo Green Line

Belo Dente

Grupo São José

Grupo Mediplan

Ecole

Grupo Notre Dame

As carteiras são amortizadas respeitando as vidas úteis conforme quadro a seguir:

Carteira

Odontológica

Saúde

(b) Refere-se aos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura com vida útil indefinida e força de trabalho, sendo sempre que necessário apurada a recuperabilidade da unidade geradora de caixa ("impairment").

	UGC¹	Data	31 de dezembro de 2020	2019
Grupo Santamária	Saúde	16-novembro-15	125.405	125.405
Hospital Family	Saúde	23-dezembro-15	77.149	77.149
Unimed ABC	Saúde	23-setembro-16	71.476	71.476
SAMCI/IBRAGE	Saúde	01-março-17	22.232	22.232
Grupo Nova Vida	Saúde	03-julho-17	148.566	148.566
Grupo Cruzero do Sul	Saúde	31-janeiro-18	56.190	56.190
Grupo Samed	Saúde	01-outubro-18	76.749	76.749
Grupo Green Line	Saúde	01-janeiro-19	802.484	812.501
Belo Dente	Odontológica	04-julho-19	21.379	-
Grupo Ghellond	Saúde	28-novembro-19	161.698	-
Grupo São José	Saúde	18-novembro-19	90.652	-
Grupo Mediplan	Saúde	29-maio-19	223.217	-
Ecole	Saúde	13-abril-20	35.436	-
LabClin	Saúde	13-abril-20	4.472	-
			1.917.105	1.390.268

(c) Refere-se à alocação dos outros ativos intangíveis identificáveis na aquisição de empresa (relacionamento com clientes, marcas e acordo de não concorrência) em termos amortizados conforme demonstrado a seguir:

Ativos Intangíveis

Relacionamento com clientes

Acordo de não concorrência

O montante da amortização apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Eventos indenizáveis líquidos" e "Despesas administrativas" conforme notas explicativas 27 e 32, respectivamente.

b. Teste ao valor recuperável dos ativos

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia realizou teste de valor recuperável das unidades geradoras de caixas (UGCs) decorrente do ágio adquirido pelas aquisições de empresas. As UGCs estão distribuídas nas atividades de Saúde e Odontológica. Demonstamos a seguir o valor contábil do ágio alocado:

	2020	2019
Plano de Saúde	1.895.726	1.390.268
Odontológica	23.379	-
	1.917.105	1.390.268

O teste realizado de valor recuperável em 30 de setembro de 2020 e 2019 considera, entre outros fatores, a relação entre o valor de uso (value in use) e o seu valor contábil, quando efetuada revisão para identificar indícios de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020, o valor de uso, apurado no laudo por empresa independente contratado pela Companhia é superior ao valor contábil, indicando que não existe indícios de perda por redução ao valor recuperável do ágio. Além disso, a Companhia vem dando sequência ao crescimento orgânico e através de novas aquisições.

Unidade geradora de caixa de atividade de saúde

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade de Saúde foi determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a data-base da apuração foi 30 de setembro de 2020, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 11,50% a.a. de receita líquida e de 13,70% a.a. de lucro líquido (10,39% a.a. e 11,51% a.a. em 31 de dezembro de 2019, respectivamente). A taxa de desconto antes dos impostos foi de 18,38% em 31 de dezembro de 2020 (18,46% em 31 de dezembro de 2019), e o fluxo de caixa referente ao período em que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 6,00% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,10%, acrescido de 1,90% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil, não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa.

Como a data-base do teste de impairment foi 30 de setembro de 2020, as empresas adquiridas após esta data, foram avaliadas pelo seu Purchase Price Allocation e não foram identificadas evidências de impairment.

Unidade geradora de caixa de atividade de odontologia

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade odontológica foi determinado por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a data-base da apuração foi 30 de setembro de 2020, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 8,20% a.a. de receita líquida e de 4,50% a.a. de lucro líquido (11,25% a.a. e 6,17% a.a. em 31 de dezembro de 2019, respectivamente). A taxa de desconto antes dos impostos foi de 19,54% em 31 de dezembro de 2020 (19,96% em 31 de dezembro de 2019), e o fluxo de caixa referente ao período em que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 4,10% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,10%, acrescido de 1,90% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil não sendo, dessa forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

O cálculo do valor em uso tanto para atividade de saúde quanto odontológica é mais sensível às seguintes premissas:

Margens brutas

Margens brutas são baseadas nos históricos da Companhia. As margens para ambas para as unidades geradoras de caixa na atividade de saúde e odontologia foram em média 29,88% e 68,20%, respectivamente. A margem para ambas as atividades têm um incremento moderado nos primeiros quatro e após ocorre uma estabilização até o final da projeção.

Taxas de desconto

As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O setor de saúde suplementar é em sua maioria financiado por capital próprio, portanto foi adotado como taxa de desconto o custo de capital próprio, calculado pelo CAPM (custo médio ponderado de capital).

As estimativas para o cálculo do CAPM são obtidas com base em índices publicados para os países bem como indicadores de práticas de mercado norte-americano.

Os indicadores macroeconômicos

A Companhia tem considerado o IGP-M, Índice de variação do custo médico hospitalar - IVCMH e o CDI para elaborar seus indicadores, conforme apresentados a seguir:

Indicadores	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IGP-M¹	5,12%	3,68%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%
IVCMH¹	2,15%	2,15%	4,54%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%
CDI¹	8,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%

¹ Taxas estimadas pela Administração da Companhia.

Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de cinco anos

A Administração reconhece que as taxas de crescimento utilizadas consideraram, além do crescimento orgânico, a estratégia de verticalização existente no plano de negócios da Companhia.

20. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	31 de dezembro de 2020	2019
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	661.678	505.381
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	413.378	396.119
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	330.470	282.113
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG)	121.589	103.643
Provisão para remissão	2.414	1.126
	1.529.529	1.288.382
Circulante	1.028.769	946.077
Não circulante	500.760	342.305

a) Provisão de eventos/sinistro a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu artigo 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. A Companhia contesta as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a Companhia efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa 15.

Saldo no início do exercício

Saldo Incorporado

Aviões recebidos do SUS

Cobrança efetiva de eventos SUS

Atualização monetária

(-) Pagamentos efetuados de parcelamentos

Saldo no final do exercício

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2020	2019
Saldo Incorporado	505.381	163.785
Aviões recebidos do SUS	13.479	122.944
Cobrança efetiva de eventos SUS	65.057	56.304
Atualização monetária	66.420	159.168
(-) Pagamentos efetuados de parcelamentos	26.756	7.127
	(15.415)	(3.947)
	661.678	505.381

c) Variações das provisões técnicas

	PEONA (i)	PPCNG (ii)	Remissão (iii)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	282.113	103.643	1.126
Saldo Incorporado	8.346	2.002	-
Variação das provisões no exercício	40.011	15.944	1.288
	330.470	121.589	2.414

(i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) que passivo circulante, é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados a Operadora.

(ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG), classificadas no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

(iii) Provisão para remissão, classificada no passivo circulante e não circulante, consiste em provisões para fazer face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

21. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31 de dezembro de 2020	2019
Imposto sobre serviços (ISS)	389.495	270.083
Contribuição previdenciária	5.775	6.483
FGTS	3.717	3.327
PIS e COFINS	13.838	13.276
Contribuições sindicais e assistenciais	454	405
Parcelamento de tributos e contribuições	11.488	8.234
Outros	1.744	1.954
	426.511	303.762
Impostos devidos a recolher	13.676	12.926
Imposto de renda - funcionários	4.684	5.218
Imposto sobre serviços	6.021	2.895
Contribuição previdenciária retida	16.198	13.506
Retenção PIS/COFINS/CSLL	46.763	37.553
Impostos retidos a recolher	473.274	341.315

22. DÉBITOS DIVERSOS

	31 de dezembro de 2020	2019
Obrigações trabalhistas	188.028	145.905
Fornecedores	126.052	113.151
Depósito de terceiros	27.525	25.169
Recebimento antecipado cliente	1.554	51
Débitos diversos	45.932	18.833
Obrigações contratuais (a)	25.140	29.153
Adiantamento parceria banco	3.000	-
	417.231	332.262
Obrigações contratuais (a)	595.487	418.239
Contas a pagar - HSB	42.291	9.950
Prova de Saúde Suplementar (b)	29.268	52.005
Tributos para plano de benefícios com empregados	2.990	2.808
Adiantamento parceria banco	3.250	6.250
Outros	27.908	10.941
	701.194	500.193
	1.118.425	832.455

Obrigações trabalhistas

Fornecedores

Depósito de terceiros

Recebimento antecipado cliente

Débitos diversos

Obrigações contratuais (a)

Adiantamento parceria banco

Total circulante

Obrigações contratuais (a)

Contas a pagar - HSB

Prova de Saúde Suplementar (b)

Tributos para plano de benefícios com empregados

Adiantamento parceria banco

Outros

Total não circulante

As principais causas de natureza cível, trabalhista e tributária classificadas como possíveis, são apresentadas a seguir:

Fiscais

A Companhia possui ação judicial figurando no polo Ativo, pelo procedimento comum com pedidos de tutela provisória de urgência, em face da União (Fazenda Nacional), visando sejam julgadas procedentes as demandas para o fim de se declarar a inexistência de relação jurídico tributária entre as partes Autora e Ré quanto às exigências, em função planos de opções, das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários e demais contribuições de terceiros (Salário-Educação, INCRÁ, SESC, SENAC e Setrae).

A Companhia possui ação judicial onde questiona o auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).

A Companhia possui processo administrativo que consubstancia a cobrança indevida de glosa de compensação de natureza previdenciária declaradas em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações da Previdência Social (GFIP), no período compreendido de maio de 2012 a fevereiro de 2017.

A Companhia possui processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança indevida do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos ao ano-calendário de 2013.

Trabalhistas e Regulatórios/Cíveis

Em linhas gerais a natureza desses processos são os mesmos detalhados acima. A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso.

Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**
Em Assembleia Geral Extraordinária realizado em 28 de outubro de 2020 a Controladora da Companhia aprovou o aumento de capital em R\$ 900.000 passando o capital social de R\$ 2.457.225 para R\$ 3.357.225.
As ações representativas subscritas e integralizadas pela controladora BCBF Participações S.A., foram provenientes de seu aumento de capital realizado nessa mesma data por meio de recursos da Notre Dame Intermédica Participações S.A.
Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 3.357.225 (R\$ 2.457.225 em 31 de dezembro de 2019), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.963.635.111 ações ordinárias, sem valor nominal (1.063.635.111 ações ordinárias, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2019).

b) **Reservas de lucros**
Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos acionistas.
(i) Reserva legal - constituída obrigatoriamente pela Operadora, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.
(ii) Reserva estatutária - conforme Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral decidirá sobre o saldo dos lucros remanescentes, após a dedução de prejuízos acumulados e destinação de reserva legal, a atribuição à reserva (retenção de lucros) para o futuro aumento de capital, futuros abatimentos de prejuízos ou a distribuição complementar de dividendos.

c) **Destinação do lucro**
O estatuto social da Operadora prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório, de no mínimo 5% sobre o lucro líquido a ser distribuído, observado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
De acordo com a legislação brasileira, a Operadora poderá distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP") sendo que esta distribuição está sujeita ao imposto de renda na fonte (IRRF) a alíquota de 15% sobre o valor deliberado.
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia distribuiu o montante de R\$ 45.700 a título de juros sobre capital próprio (R\$ 38.845 líquido de Imposto de renda), e R\$ 1.770 de dividendos (R\$ 99.500 e R\$ 14.400 respectivamente em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2020	2019
Lucro líquido publicado no final do exercício	817.943	609.646
Lucro líquido no final do exercício	817.943	609.646
Reserva a disposição do acionista	-	-
	817.943	609.646
(-) Reserva legal - 5%	(40.897)	(30.482)
	777.046	579.164

Patrimônio líquido

	2020	2019
Adições:	5.610.568	3.940.094
(+) Intangível	-	4.094
(+) Obrigações legais classificadas no passivo não circulante	-	10.505
Deduções:	(3.211.676)	(2.334.570)
(-) Despesa de capitalização diferida	(464.135)	(364.833)
(-) Participações em entidades reguladas	(499.499)	(333.435)
(-) Ativo não circulante intangível	(2.244.242)	(1.627.779)
(-) Despesas antecipadas	(5.333)	(8.232)
Patrimônio mínimo ajustado	2.398.892	1.620.123
a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses	1.864.432	1.340.956
b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	1.913.654	1.379.963
Margem de solvência 75% (77,90% em 2019) (maior entre (a) e (b))	1.435.240	1.074.991
Suficiência de capital	963.652	545.132

26. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

	2020	2019
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	8.967.183	6.581.106
Contraprestações emitidas de assistência odontológica	310.971	244.286
Contraprestações canceladas	(33.230)	(27.915)
Contraprestações de assistência à saúde - assumidas	8.097	6.915
Contraprestações de assistência à saúde - cedida	(151.778)	(99.455)
	9.101.243	6.704.937

b. Corresponsabilidades

A Agência Nacional de Saúde (ANS), publicou a RN 446/19 em 01 de novembro de 2019, que altera o capítulo V da RN 435/2018, que dispõe sobre a divulgação do reconhecimento dos valores em Corresponsabilidade transferida e assumida nos exercícios findos em 2020 e 2019.

Corresponsabilidade transferida

	2020	2019
Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	151.777	99.455
Total cobertura assistencial preço preestabelecido	151.777	99.455

Corresponsabilidade assumida

	2020	2019
Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	3.055	3.268
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	3.057	3.274
Total cobertura assistencial preço preestabelecido	3.057	3.274

27. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

	2020	2019
Eventos conhecidos ou avisados	(6.148.552)	(4.815.333)
Avisos recebidos do SUS	(66.695)	(56.304)
Depreciação e amortização	(106.894)	(49.938)
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	120.886	141.262
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(32.899)	(32.781)
	(6.235.152)	(4.813.074)

b. Abertura dos eventos

Abertura de eventos indenizáveis de acordo com a natureza dos planos: (Preenchido com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações).

Descrição	Individual/Familiar		Coletivo Empresarial		Coletivo por Empresa		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Contraprestações líquidas	1.021.854	302.863	7.515.133	5.825.747	668.784	645.547	9.205.771	6.774.157
Tributos diretos (PIS/COFINS)	(11.904)	(4.289)	(116.965)	(82.497)	(10.409)	(9.141)	(143.278)	(95.927)
Receita Líquida	1.005.950	298.574	7.398.168	5.743.250	658.375	636.406	9.062.493	6.678.230
Eventos indenizáveis (*)	(762.397)	(378.737)	(5.401.508)	(3.876.853)	(420.567)	(397.937)	(6.584.472)	(4.653.527)
Consultas médicas	(121.693)	(45.756)	(880.764)	(595.783)	(59.005)	(36.102)	(1.061.462)	(677.641)
Outros atendimentos ambulatoriais	(7.206)	(7.118)	(26.026)	(22.570)	(2.339)	(1.858)	(35.571)	(31.546)
Exames	(211.624)	(127.229)	(1.707.619)	(1.395.536)	(130.956)	(127.715)	(2.050.199)	(1.650.480)
Terapias	(40.212)	(18.872)	(236.325)	(136.863)	(23.163)	(13.892)	(299.700)	(169.627)
Internações	(381.662)	(179.631)	(2.550.774)	(1.719.991)	(205.104)	(215.212)	(3.137.540)	(2.114.834)
Demais despesas médico-hospitalares	-	(131)	-	(6.110)	-	(3.158)	-	(3.999)
Lucro Bruto	243.553	(80.163)	1.996.660	1.866.397	237.808	238.469	2.478.021	2.024.703
Despesas de comercialização	(58.220)	(16.986)	(228.174)	(326.736)	(38.104)	(36.205)	(524.498)	(379.927)
Margem de Contribuição	185.333	(97.149)	1.568.486	1.539.661	199.704	202.263	1.953.523	1.644.776

(*) Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros.

28. RECEITAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA, LÍQUIDA DE TRIBUTOS

	2020	2019
Outras prestações de serviços	-	985
Outras receitas	24.088	29.640
Prestação de serviços médico-hospitalar	368.909	475.882
	392.997	506.507

29. OUTRAS DESPESAS DE OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2020	2019
Perdas efetivas	(86.014)	(79.142)
Outras despesas operacionais	(592)	(976)
	(86.606)	(80.118)

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANO DE SAÚDE DA OPERADORA

	2020	2019
Outros custos de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	(278.521)	(276.332)
Despesa com pessoal	(96)	(20)
Materiais diversos	(1)	(18)
	(278.618)	(276.370)

31. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

	2020	2019
Remuneração - pessoal próprio	(8.141)	(10.123)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(221.439)	(219.190)
Comissões	(291.995)	(150.614)
	(524.498)	(379.927)

32. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Pessoal	(414.761)	(329.449)
Serviços de terceiros	(205.141)	(161.607)
Localização e funcionamento	(77.654)	(79.624)
Tributos	(17.423)	(6.282)
Publicidade e propaganda	(11.423)	(15.611)
Provisão (reversão) para contingências	(28.857)	(41.617)
Depreciação e amortização	(31.439)	(25.249)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(4.856)	(8.287)
Outras	(756)	(3.686)
	(789.934)	(671.409)

33. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2020	2019
Receitas com aplicações financeiras	40.686	79.610
Juros recebidos	29.567	22.703
Varição monetária ativa	19.068	9.546
Receitas com variação cambial	76	147
Ajuste a valor mercado	394	991
Ajuste a valor presente	-	18.091
Instrumentos Derivativos	970	-
Descontos obtidos	2.126	1.489
Outras receitas	5.093	5.999
	97.980	138.576
Juros financeiros debêntures	(34.914)	(42.184)
Custas financeiras debêntures	(885)	(923)
Varição monetária passiva	(54.602)	(34.513)
Ajuste variação cambial	(2.468)	(62)
Multas e juros	-	(6.212)
Tarifas bancárias	(12.373)	(8.249)
Descontos concedidos	(2.941)	(2.623)
Ajuste a valor mercado sobre aplicação financeira	-	(474)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.915)	(17.591)
Ajuste a valor presente	(14.586)	(7.851)
Custos sobre empréstimos	(120)	(2.320)
Instrumentos Derivativos	(2.839)	-
Outras despesas	(2.159)	(620)
	(136.802)	(123.622)
Resultado financeiro líquido	(38.822)	14.954

* Rendimento relacionado às reservas obrigatórias junto à ANS no montante de R\$ 28.335 (R\$ 45.970 em 31 de dezembro de 2019). O montante de R\$ 0,22 se refere a rendimento sobre aplicação de liquidez imediata e de R\$ 38.659 se refere à aplicação financeira conforme nota explicativa 8.

34. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações que a Companhia tem com partes relacionadas de empresas do grupo Notre Dame Intermédica é como segue:

	Ativo	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	Passivo	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	Receita	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	Despesa	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.	-	359	-	-	889	-	359	359	-	(15,847)	(5,413)	-
C&M Associados de Serviços Médicos Ltda.	-	(2.946)	(1.491)	-	126	-	-	-	-	(85,424)	(42,277)	-
Mediplan Assistencial Ltda.	-	-	-	-	2.373	-	322	-	-	-	(168)	-
Hospital e Maternidade Samaritano	-	-	-	-	604	-	-	-	-	-	-	-
Hospital Samaritano Ltda.	-	-	-	-	520	-	-	-	-	(14,955)	-	-
Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(570)	-
C&M Associados de Serviços Médicos Ltda.	-	6	(568)	-	459	6	1.480	6	(7,315)	(1,377)	(1,377)	-
Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A.	-	-	-	-	-	-	10.589	-	-	(2,740)	(1,708)	-
Green Line Sistema de Saúde S.A.	-	-	-	-	-	-	-	32	-	(2,400)	(2,400)	-
Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda.	-	-	(154)	-	214	32	-	-	-	(3,108)	(535)	-
Ghelfond Participações	-	-	-	-	1.693	-	-	-	-	(22,889)	-	-
Dr. Ghelfond Diagnóstico Médico Ltda.	-	42	(2.220)	-	42	-	-	-	-	(5,522)	-	-
Nanci & Cia Ltda.	-	-	(249)	-	80	-	-	-	-	(14,458)	(1,886)	-
SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda.	-	-	-	-	242	-	-	-	-	-	-	-
Ultra Diagnóstico Ltda.	-	-	(180)	-	7	-	-	-	-	(1,470)	(454)	-
Medix Diagnóstico Ltda.	-	-	(244)	-	53	-	-	-	-	(1,711)	(591)	-
Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda.	-	-	(119)	-	499	-	-	-	-	(4,005)	(297)	-
Escola Serviços Médicos Ltda.	911	-	-	-	11.023	-	-	-	-	(5,958)	-	-
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	-	(1)	-	-	7	-	-	-	-	(13)	-	-
Clinica São Lucas	3	-	(42)	-	1	-	-	-	-	(891)	-	-
Clinipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	225	-	-	-	765	-	-	-	-	(3,310)	-	-
Laboratório de Análises Clínicas - Labclin Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	-	-
Vendas serviços relacionados e não relacionados com planos de assistência a saúde	(i)	1.139	407	(9.382)	(12.808)	22.264	12.830	(181.361)	(81.538)	-	-	-
Instrumento Particular de Repasse de Indenização	(ii)	391.769	320.468	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolso de aquisição	(iii)	2.491	2.231	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromissos com Partes Relacionadas		394.260	322.699	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração e Gratificação	(iv)	-	-	-	-	-	-	(69.987)	(63.526)	-	-	-
Remuneração membros chave da Administração		-	-	-	-	-	-	(69.987)	(63.526)	-	-	-

(i) A Companhia mantém transações com partes relacionadas a título de serviços médico-hospitalares dos seus beneficiários em termos equivalentes aos que prevalecem com partes independentes.

(ii) A Notre Dame Intermédica Participações S.A. (Controladora) firmou contrato de Instrumento particular de repasse de indenização com a Operadora, comprometendo-se em indenizar a Operadora pelos desembolsos ocorridos de ações jurídicas que são de responsabilidade da Controladora. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. O montante registrado em rubrica "Outros Créditos a Receber."

(iii) A Companhia tem a ressarcir da BCBF Participações S.A. o montante de R\$ 2.491, a título de reembolso da despesa de comissionamento da aquisição do Grupo Samed.

(iv) A remuneração e gratificações dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Operadora.

35. COMPROMISSOS



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores da
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisões para eventos ocorridos e não avisados - Peona

A Companhia possui passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado na nota explicativa 20, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos de saúde recebidos até a data do balanço, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 393/2015, alterada pela Resolução Normativa 442/2018, e emitidas pela Agência Nacional de Saúde ("ANS").

Consideramos este um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o auxílio de nossos especialistas atuariais, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes da Peona, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a Peona, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável ("impairment") do ágio ("goodwill") registrado

Conforme descrito na nota explicativa 19, em 31 de dezembro de 2020 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições de diversas entidades no montante de R\$1.917.105 mil. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil. A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para auxílio nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado. Também, efetuamos testes sobre essas projeções, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria e cenário econômico financeiro do ambiente nacional, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

O processamento das transações da Companhia é dependente da sua estrutura de tecnologia para o desenvolvimento de suas operações e para a continuidade de seus processos de negócios.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações

críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras e, por esse motivo, consideramos essa área significativa para nossa auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

No contexto de nossa auditoria, com o auxílio dos nossos especialistas, aplicamos procedimentos de avaliação do ambiente de tecnologia da informação da Companhia, incluindo a avaliação da implementação e eficácia operacional dos controles automatizados dos sistemas aplicativos, tendo sido identificadas deficiências relacionadas ao processo de gestão de acessos e mudanças das aplicações de TI relacionadas.

As deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos aos controles gerais de tecnologia alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2021